www.pwc.com.br

Sanesalto Saneamento S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e relatório do auditor independente

pwc

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Sanesalto Saneamento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sanesalto Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

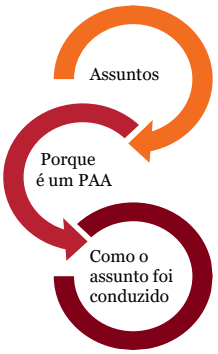
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sanesalto Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Sanesalto Saneamento S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento da receita de prestação de serviços de esgoto - Nota 2.4.8 e 14	
Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.4.8 e 14 às demonstrações financeiras, a Companhia contabiliza suas receitas de prestação de serviços de esgoto de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (equivalente ao IFRS 15), considerando as seguintes etapas: (i) identificação do contrato; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação; e (v) reconhecimento da receita. Assim, a receita é reconhecida à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas. Consideramos o reconhecimento da receita de prestação de serviços de esgoto como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância do saldo às demonstrações financeiras, além do risco significativo relacionado ao risco das receitas não terem sido reconhecidas em seu respectivo período de competência em virtude das medições de consumo ocorrerem, em sua grande maioria, em data diferente do último dia do mês.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles existentes nos processos relacionados ao reconhecimento das receitas de prestação de serviços de esgoto, a análise das movimentações mensais dos saldos de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base no conhecimento do setor e da Companhia, procedimentos de auditoria substantivos para uma amostra de transações selecionadas para conclusão se o reconhecimento da receita ocorreu em seu período apropriado (teste de "corte" da receita). Adicionalmente, efetuamos a leitura das divulgações realizadas em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Sanesalto Saneamento S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá, 25 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados(as) Senhores(as) acionistas e demais interessados:

A Sanesalto Saneamento S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto - SP.

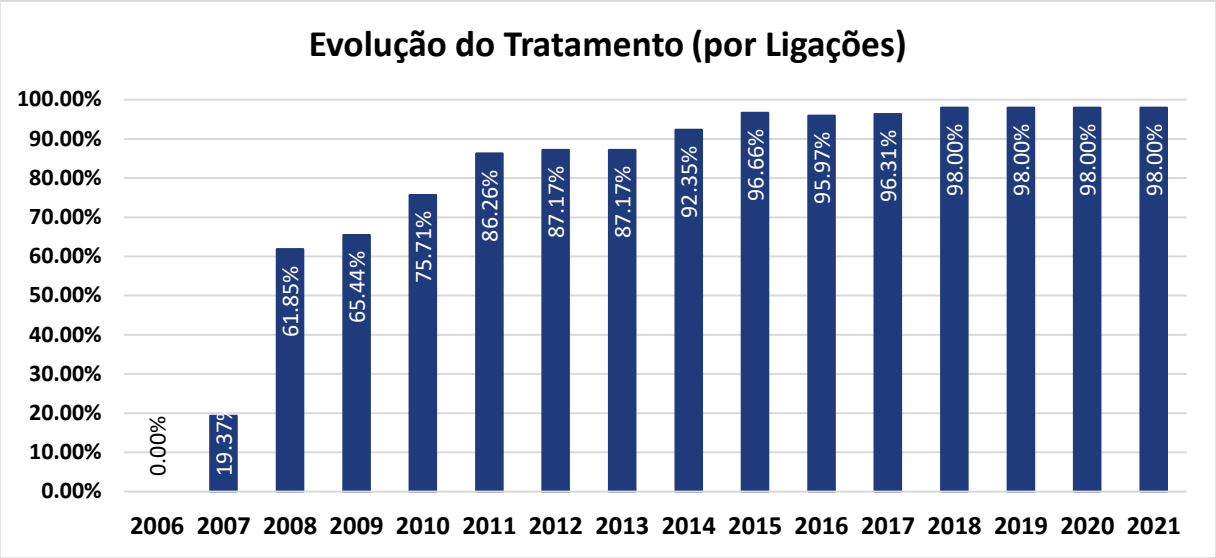
A empresa, vencedora do processo licitatório, além de construir e operar o sistema de tratamento de esgoto do município, realiza toda a gestão do sistema comercial e atendimento ao cliente do serviço de água e esgoto, tratando 98% do esgoto coletado no município. Além do investimento na estação de tratamento, a Sanesalto realizou todo o investimento em interceptores e estações elevatórias para coletar e transportar o esgoto para tratamento.

O Rio Tietê, verdadeiro patrimônio natural e cultural dos brasileiros, nasce limpo e cristalino no município de Salinópolis, Estado de São Paulo, e passa por Salto como médio Tietê.

Em seu percurso de 1.010 km até o Rio Paraná, na divisa com Mato Grosso do Sul, o Tietê percorre diversas cidades, servindo muitas vezes como um verdadeiro depósito de lixo e de efluentes: somados, o rio e seus afluentes recebem 3 bilhões de litros de esgoto por dia.

A Sanesalto investiu em uma infraestrutura de saneamento básico que respeita as águas do Rio Tietê e de seu afluente, o Rio Jundiaí. Agora, ao passar por Salto, o Tietê recebe somente esgoto tratado, representando um exemplo a ser seguido por outros municípios.

Entre os anos de 2004 e 2007, a Sanesalto implantou o sistema de tratamento de esgoto e iniciou os serviços com cobertura de 60% do Município. Entre 2007 e 2018, a Companhia expandiu os serviços até completar cobertura de tratamento na totalidade das bacias previstas em contrato.



Premiações

Em 2018, fruto das boas práticas operacionais da Companhia e como reconhecimento à evolução do tratamento de esgoto do Município de Salto, a Sanesalto recebeu o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS) 2018, outorgado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). O Prêmio é considerado o mais importante do setor na América Latina e avalia a implantação de boas práticas na gestão do saneamento.

Na categoria "As melhores em gestão no saneamento ambiental", com seis níveis de reconhecimento, a Sanesalto venceu nesse ano, em sua primeira participação, o nível Cobre.

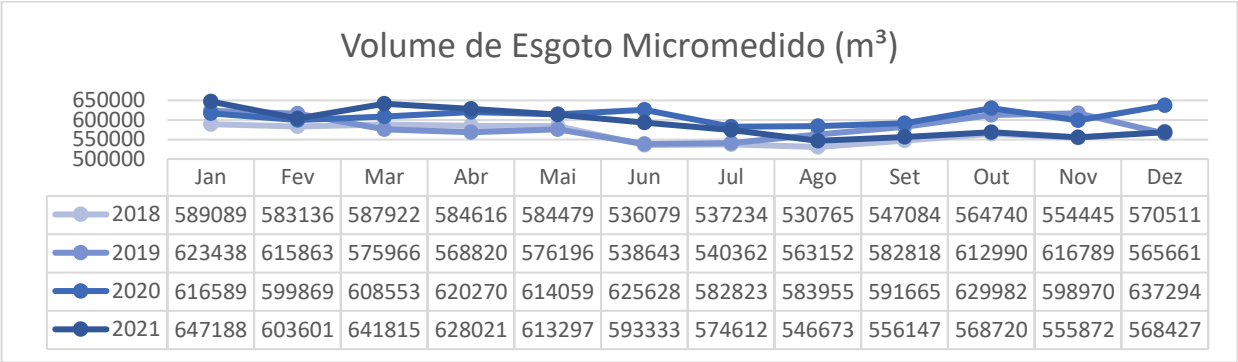
DESTAQUES OPERACIONAIS e FINANCEIROS

DESTAQUES OPERACIONAIS

A Companhia observou em 2021 o crescimento de **3%** em economias de esgoto, fruto da expansão no número de loteamentos e na verticalização das residências no município.

ANO	Economias de Água JANEIRO	Economias de Água DEZEMBRO	CRESCIMENTO ANUAL %
2018	45.150	47.225	**4,60%**
2019	47.225	50.183	**6,26%**
2020	50.183	51.899	**3,42%**
2021	52.026	53.459	**2,68%**
ANO	**Economias de Esgoto JANEIRO**	**Economias de Esgoto DEZEMBRO**	**CRESCIMENTO ANUAL %**
2018	41.203	43.098	**4,60%**
2019	43.098	46.568	**8,05%**
2020	46.568	48.368	**3,87%**
2021	48.491	49.990	**3,00%**

O volume de esgoto micro medido no ano de 2021, assim como no período findo em 31 de dezembro de 2021, não foi afetado pela pandemia da **COVID-19** de maneira significativa e seu crescimento foi de **3,24%** quando comparado com 2020, em grande parte devido ao aumento do número de economias acima destacado.



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2018	589089	583136	587922	584616	584479	536079	537234	530765	547084	564740	554445	570511
2019	623438	615863	575966	568820	576196	538643	540362	563152	582818	612990	616789	565661
2020	616589	599869	608553	620270	614059	625628	582823	583955	591665	629982	598970	637294
2021	647188	603601	641815	628021	613297	593333	574612	546673	556147	568720	555872	568427

DESEMPENHO FINANCEIRO

Os resultados obtidos pela Sanesalto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, assim como no exercício de 2020 e anos anteriores, refletem os efeitos que a administração vem realizando ao longo do tempo.

Receitas

A Receita Bruta (desconsiderando os efeitos da receita de construção) encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em R$28.956, contra R$ 28.697 em 2020.

Embora o volume faturado não tenha sido afetado pela pandemia, a Receita poderia ser maior, pois houve a suspensão do reajuste ordinário da tarifa, face à resolução nº 345 da agência reguladora ARES-PCJ em 2020. Tal perda deverá ser compensada em reequilíbrio econômico do contrato de concessão.

Custos

Os custos sofreram um pequeno aumento, encerrando em R$ 8.568 no período findo em 31 de dezembro de 2021 comparado aos R$ 7.513 de 31 de dezembro de 2020, desconsiderando os efeitos do custo de construção.

O Lucro Bruto do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R$ 19.132 foi inferior ao valor do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 onde fechou em R$ 20.126. Esta redução do lucro bruto deve-se ao aumento dos custos de operação, onde os mesmos tiveram reajustes e em contrapartida não há reajuste no m³ tratado desde janeiro de 2020.

Lucro Líquido do Período

O lucro líquido de R$ 14.377 no exercício de 2017 marcou o início da reversão dos prejuízos acumulados nos períodos anteriores, que somavam (R$ 30.775) no encerramento do exercício de 2016. Em 2018, essa tendência se confirmou e a Companhia apresentou lucro de R$ 989 em 31 de dezembro. O mesmo

aconteceu com o resultado do exercício de 2019 com lucro de R$ 886. Em 2020 não poderia ser diferente onde a Companhia atingiu o lucro líquido de R$ 5.866, ainda em 2020, a Administração decidiu absorver o saldo de prejuízos acumulados com a redução do capital social, no valor de R$ 14.523.

A redução de capital para absorção dos prejuízos acumulados e a reversão do passivo a descoberto encerram o histórico do período do início da concessão e dos prejuízos acumulados. O exercício de 2021 confirma a tendência de aumento de resultados, com a redução da dívida e aumento do EBITDA da empresa, necessários para o adequado retorno do capital aos acionistas.

O exercício findo em 31 de dezembro de 2021 encerrou com lucro de R$ 4.156.

Reiteramos o compromisso da Companhia em prover o tratamento de 100% do esgoto coletado da cidade de Salto, dentro da área de concessão, bem como o de atingir excelência operacional com viabilidade econômico-financeira dos investimentos realizados pelos debenturistas e acionistas.

CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, assim como em 2021, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

A administração da Companhia contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. para os serviços de auditoria para o período de 2018, 2019, 2020 e 2021.

A remuneração dos auditores no exercício de 2021 foi de R$ 60 (R$ 55 em 2020) pela auditoria da Companhia.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		**11.772**	**10.794**
Caixa e equivalentes de caixa	3	768	6.938
Contas a receber de consumidores	4	3.403	3.712
Tributos a recuperar		94	94
Créditos Tributários - Partes Relacionadas	5.1	7.370	-
Demais contas a receber		137	50
Não circulante		**40.469**	**51.024**
Créditos Tributários - Partes Relacionadas	5.1	-	7.693
Partes Relacionadas	5.2	2.034	2.135
Tributos a recuperar		-	1
Demais contas a receber		34	39
Títulos e Valores Mobiliários	3	3.070	2.410
Imobilizado		76	62
Intangível	6	35.099	38.468
Direito de uso	7.1	156	216
Total do ativo		**52.241**	**61.818**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		**11.521**	**10.781**
Debêntures	8	7.311	6.752
Fornecedores		452	659
Passivo de arrendamentos	7.2	73	63
Pessoal e encargos sociais a pagar		270	238
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9	949	675
Encargos tributários a pagar	9	91	114
Impostos e contribuições parcelados	10	799	772
Dividendos a pagar	13.4	1.039	-
Demais contas a pagar	11	537	1.508
Não circulante		**37.543**	**45.111**
Debêntures	8	35.834	42.513
Passivo de arrendamentos	7.2	125	179
Impostos e contribuições parcelados	10	1.584	2.301
Provisões para contingências	12	-	118
Patrimônio líquido		**3.177**	**5.926**
Capital social	13.1	50	50
Reserva legal	13.2	10	10
Reserva de retenção de lucros	13.4	3.117	5.866
Total do passivo e do patrimônio líquido		**52.241**	**61.818**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações do resultado
Em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2021	2020
Receita líquida dos serviços prestados	14	27.714	27.691
Custo dos serviços prestados	15	(8.582)	(7.565)
Lucro bruto		**19.132**	**20.126**
Despesas operacionais		**(7.829)**	**(7.619)**
Despesas gerais e administrativas	17	(7.277)	(6.215)
Despesas comerciais	16	(651)	(1.125)
Outros resultados operacionais		99	(279)
Resultado operacional antes do efeitos financeiros		**11.303**	**12.507**
Resultado financeiro	18	**(4.135)**	**(3.821)**
Despesas financeiras		(4.266)	(3.896)
Receitas financeiras		131	75
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**7.168**	**8.686**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro		**(3.012)**	**(2.810)**
Corrente	21	(3.012)	(2.810)
Diferido	21	-	-
Lucro líquido do exercício		**4.156**	**5.876**
Lucro por ação			
Lucro básico por ação	20	82,5570	0,5215
Lucro diluído por ação	20	82,5570	0,5215

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	4.156	5.876
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**4.156**	**5.876**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Reservas de retenção de Lucros	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros e Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2020		**2.000**	**-**	**-**	**12.573**	**(14.523)**	**51**
Aumento de capital	13.1	12.573	-	-	(12.573)		**-**
Redução de capital	13.1	(14.523)	-	-		14.523	
Lucro do exercício		-	-	-	-	5.876	**5.876**
Constituição da reserva de legal	13.2		10	-		(10)	
Reserva de retenção de lucros	13.3	-	-	5.866		(5.866)	**-**
Em 31 de dezembro de 2020		**50**	**10**	**5.866**	**-**	**-**	**5.926**
Distribuição de dividendos		-	-	(5.866)	-	-	**(5.866)**
Lucro do exercício		-	-	-	-	4.156	**4.156**
Reserva de retenção de lucros	13.2		-	3.117		(3.117)	**-**
Dividendos minimos obrigatórios	13.4	-	-	-		(1.039)	**(1.039)**
Em 31 de dezembro de 2021		**50**	**10**	**3.117**	**-**	**-**	**3.177**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	**4.156**	**5.876**
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício das atividades operacionais		
Depreciação e amortização sobre intangível, imobilizado e direito de uso	3.470	3.447
Juros apropriados sobre debêntures	3.809	3.504
Juros apropriados sobre parcelamentos	112	92
Amortização do custo de captação sobre debêntures	112	111
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	33	34
Provisão (reversão) de prda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(76)	221
Reversão da provisão para contingências	(118)	-
(Aumento) redução nos Ativos		
Contas à receber	385	(919)
Demais contas a receber e adiantamentos	(80)	(31)
Créditos tributários	-	417
Títulos de valores mobiliários	(660)	(322)
Aumento (redução) nos Passivos		
Fornecedores	(206)	(163)
Encargos tributários a pagar	2.998	2.630
Salários e encargos sociais a pagar	32	10
Impostos e contribuições parcelados	(790)	1.104
Demais contas à pagar	(1.013)	442
Acordos comerciais (Partes relacionadas)	-	150
	12.164	**16.603**
Pagamento de juros sobre debêntures	(3.703)	(3.448)
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamentos	(11)	(14)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.720)	(2.135)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**5.730**	**11.006**
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(55)	(199)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(55)**	**(199)**
Terceiros		
Amortizações de principal sobre debêntures	(6.337)	(5.154)
Pagamento dos passivos de arrendamentos	(66)	(56)
Acionistas		
Empréstimos entre partes relacionadas	424	550
Distribuição de dividendos	(5.866)	-
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento	**(11.845)**	**(4.660)**
Aumento líquido no saldo de caixa	**(6.170)**	**6.147**
Caixa e equivalentes de caixa		
Composição do Caixa Inicial	6.938	791
Composição do Caixa Final	768	6.938

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANESALTO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2021	2020
Receitas	**28.795**	**28.427**
Receitas de prestação de serviços	28.704	28.595
Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	14	52
Provisão (reversão) de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	77	(220)
Insumos adquiridos de terceiros	**(11.139)**	**(9.798)**
Custos, materiais, energia, serviços e outros	(11.139)	(9.798)
Valor adicionado bruto	**17.656**	**18.629**
Depreciação e amortização	(3.470)	(3.447)
Valor adicionado líquido produzido	**14.186**	**15.182**
Valor adicionado recebido em transferência	**131**	**75**
Receitas financeiras	131	75
Valor adicionado total a distribuir	**14.317**	**15.257**
Distribuição do valor adicionado	**14.317**	**15.257**
Pessoal	**1.792**	**1.616**
Remuneração direta	1.196	1.082
Benefícios	495	447
FGTS	101	87
Impostos, taxas e contribuições	**4.373**	**4.057**
Federais	4.328	**4.036**
Estaduais	45	21
Remuneração de capitais de terceiros	**8.152**	**9.584**
Juros	3.955	3.632
Aluguéis	41	76
Lucro líquido do exercício	4.156	5.876

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Sanesalto Saneamento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 6 de novembro de 1996. A sede está localizada na Rua Nove de Julho, 849, na cidade de Salto – SP. O objeto da Companhia é explorar, na qualidade de concessionária, a implantação e operação dos serviços públicos municipais de coleta, tratamento e destino dos esgotos sanitários do Município de Salto – SP.

A Administração acompanha os processos de evolução da pandemia da COVID-19 e não identificou necessidade de revisão das Demonstrações Financeiras por temas relacionados com os riscos da COVID-19 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A Companhia não verificou impacto da pandemia da COVID-19 na sua concessão, pela característica de monopólio regulado. Dessa forma as receitas não sofreram queda, porém, houve a suspensão do reajuste ordinário da tarifa , assim, ao mesmo tempo, também não sofreu aumento de inadimplência, mesmo com o agravamento da situação econômica.

1.1. Contrato de concessão

O contrato de concessão, assinado em 5 de dezembro de 1996, firmado com a Prefeitura Municipal de Salto – SP, compreende:

(a) A implantação, operação e manutenção de uma estação de tratamento de esgoto do tipo lodo ativado, denominada E.T.E. Santa Isabel ("Santa Isabel"), situada na região do bairro Sete Quedas;
(b) Implantação, operação e manutenção de emissários, interceptores e estações elevatórias, complementando o sistema de coleta de esgotos existente;
(c) Leitura de hidrômetros; processamento, emissão, notificação e cobrança de contas pelos serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto.

Conforme aditamento contratual o prazo de concessão se encerrará no 2º semestre de 2032.

1.2. Alteração no Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Saneamento Básico

(a) As tarifas a serem praticadas pela Concessionária:

Com o termo de aditamento acima mencionado, os valores das tarifas serão atualizados anualmente, conforme metodologia determinada pelo Contrato de Concessão.

Dessa forma, as tarifas atualizadas e praticadas dos últimos 5 anos e até 31 de dezembro de 2021 são:

Período de vigência			Tarifa por m³ de esgoto tratado	Variação nominal da tarifa
jun/16	a	mai/17	3,4901	15,96%
jun/17	a	mai/18	3,5690	2,26%
jun/18	a	dez/19	3,6100	1,15%
jan/20	a	dez/20	4,0000	10,80%
jan/21	a	dez/21	4,0000	0,00%

A tarifa é reajustada conforme previsão de fórmula contratual, a qual incorpora os índices IGP-M, IGP-DI, INPC e a tarifa de energia elétrica, com regulação da ARES-PCJ.

(b) Extensão do prazo de vigência do Período de Concessão por 60 (sessenta) meses adicionais ao prazo originalmente fixado, estendendo a concessão até o 2º semestre de 2032.

(c) Em junho de 2020, a tarifa deveria ser reajustada em 2,25%, porém, por conta da pandemia da COVID-19, a agência reguladora ARES-PCJ prorrogou o prazo de reajuste enquanto durar o período de calamidade, conforme resolução nº 348 de 23 de junho de 2020.

1.3. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 7 de março de 2022.

2. Apresentação das demonstrações financeiras:

2.1. A declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o "Real", pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todas as demonstrações financeiras anuais da Companhia.

2.4.1. Divulgação de informações por segmento

As receitas da Companhia se concentraram somente na prestação de serviços públicos municipais de coleta, tratamento e destino dos esgotos sanitários do Município de Salto – SP, consideradas um único segmento operacional, não havendo outros segmentos de negócios a serem divulgados. Dessa forma, o resultado da Companhia como um todo é o resultado do único segmento operacional.

2.4.2. Ativos e passivos financeiros

Ativo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

. Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de de 2021, assim como em 2020, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

• Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.4.3 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.4.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.4.6 Ativo circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

- **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nesses casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do "contas a receber" envolvido e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

- **Imobilizado:** O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

- **Intangível:** Os ativos intangíveis, referentes ao contrato de concessão, são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção, conforme demonstrado na Nota 6.

Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações, em bens para o poder concedente, recebidas de terceiros e entidades governamentais, para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgoto não são registrados pela Companhia, uma vez que esses bens são controlados pelo poder concedente.

- **Perda no valor recuperável (impairment):** Na data de cada encerramento anual das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem índicios de que pelo menos os valores contábeis dos ativos não financeiros não serão recuperados. Caso se identifiquem tais evidências, a Companhia realiza o teste de *impairment*.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo *(impairment)*.

2.4.7. Passivo circulante e não circulante

- **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis e são contabilizadas como empréstimos.

- **Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia apresentou lucro tributável durante todo o exercício de 2021, assim como em 2020, como já era previsto. Desta forma, a Companhia optou em ambos os exercícios pelo regime de apuração de Lucro Presumido.

- **Provisões:** As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

- **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

- **Resultado por Ação:** De acordo com o CPC 41 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada disponível durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

2.4.8. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

Receitas: A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

As receitas da prestação de serviços de esgoto são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços, quando da medição de consumo mensal dos consumidores. As receitas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos.

(a) **Receitas e despesas financeiras:** A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

(b) **Receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47 (R1) (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.

(c) **Receita de remuneração dos ativos de concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento.

(d) **Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

2.4.9. Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRSs, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.4.10. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As principais premissas e julgamentos relativos a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

(a) Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia.

2.5. Mudanças em políticas contábeis

2.5.1 Novas normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021

- **Reforma da IBOR** - Fase 2: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 -"Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao IFRS 4/CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pela Companhia, com relação a:

(i) **Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros:** permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior.

(ii) **Relações de *hedge***: a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício.

- **Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento**: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022.

Não houve impactos na adoção das normas adotadas pela Companhia.

2.5.2 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e ainda não estão em vigor. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

- Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso,

o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

• Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.

• Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:

(i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
(ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
(iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
(iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se

aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor, assim como as descritas acima que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

Ativo circulante	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e saldos em conta corrente bancária	762	2.710
Aplicações financeiras de curto prazo (*)	6	4.228
	768	**6.938**
Ativo não circulante		
Titulos de valores mobiliários		
Aplicações financeiras (CDB) (*)	3.070	2.410
	3.070	**2.410**

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. Em 31 de dezembro 2021, a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 81% do CDI, contra 98% do CDI em 31 de dezembro de 2020. As aplicações financeiras no ativo não circulante estão cedidas em garantia à 3ª emissão de debêntures.

4. Contas a receber

4.1. Composição

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber	3.624	4.009
(-) Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(221)	(297)
	3.403	**3.712**

As contas a receber referem-se à remuneração da concessionária sobre os serviços públicos de tratamento dos esgotos urbanos domésticos e industriais do Município de Salto, em regime de concessão. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram mensuradas considerando todos os títulos vencidos há mais de 180 dias. Adicionalmente, a Companhia avalia suas contas a receber periodicamente para detectar possíveis perdas, avaliando as perdas esperadas.

4.2. Vencimento das contas a receber

Abaixo demonstramos a situação das contas a receber por vencimentos:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	2.039	2.282
Vencidos até 30 dias	591	631
Vencidos de 31 até 60 dias	275	342
Vencidos de 61 até 180 dias	498	457
Vencidos há mais de 181 dias	221	297
(-) Perdas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	(221)	(297)
	3.403	**3.712**

4.3. Movimentação da PCLD

Saldo da PCLD em 31/12/2020	297
Reversão da provisão	(496)
Constituição da provisão	420
Saldo da PCLD em 31/12/2021	**221**
Saldo da PCLD em 31/12/2019	76
Reversão da provisão	(53)
Complemento da provisão	274
Saldo da PCLD em 31/12/2020	**297**

5. Créditos com partes relacionadas

5.1 Créditos tributários – Partes relacionadas

Em 31/05/2017, a Companhia aderiu ao PRT (Programa de Regularização Tributária), conforme Medida Provisória 766, em que foi possível a amortização de parte da dívida com a utilização do seu crédito do prejuízo fiscal, adicionalmente, conforme parágrafo segundo do artigo segundo, a Companhia pôde transferir estes créditos a empresas controladas ou controladora, de forma direta ou indireta, ou seja, empresas do mesmo grupo econômico, sem ganhos ou perdas na operação. Entretanto, em 30/09/2017, o PRT foi migrado para o PERT conforme MP nº 783, e posteriormente convertido em Lei 13.496/2017, praticamente nas mesmas condições. Os contratos foram firmados a valor de face, com vencimento para 31 de maio de 2022, podendo ser amortizado antes do vencimento, sem juros ou correção monetária, e dessa forma, foram reclassificados no início do exercício de longo prazo para curto prazo. Foram constituídos créditos com as seguintes empresas do grupo:

Ativo circulante	31/12/2021	31/12/2020
Créditos tributários - Controladores		
Conasa Infraestrutura S.A.	3.913	-
Créditos tributários - Outras Partes relacionadas		
Companhia Aguas de Itapema	2.918	-
Sanetrat Saneamento S/A	539	-
	3.457	**-**
	7.370	**-**
Ativo não circulante		
Créditos tributários - Controladores		
Conasa Infraestrutura S.A.	-	3.913
Créditos tributários - Outras Partes relacionadas		
Companhia Aguas de Itapema	-	2.917
Companhia Aguas de Santo Antônio	-	324
Sanetrat Saneamento S/A	-	539
	-	**3.780**
	-	**7.693**

5.2 Créditos com controladores

	Ativo não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020
CONASA - Infraestrutura S.A.	2.034	2.135
	2.034	**2.135**

O grupo econômico não tem como prática interna cobrar juros sobre essas transações, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações, em razão de se utilizarem da premissa de uso de Administração de caixa e recursos centralizados e com remessas e uso de recursos quando necessário pelas Companhias. Em função desses aspectos, a administração decidiu reclassificar os saldos para o longo prazo.

5.3 Serviços administrativos compartilhados pela Conasa

A Companhia possui saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021 R$ 181 (em 31 de dezembro de 2020 de R$ 474), referente às despesas dos serviços administrativos compartilhados pela Conasa. Estão inseridos nesses serviços os valores das despesas de um modo geral necessárias para a manutenção da estrutura administrativa da Conasa, de acordo com a proporção de receitas do exercício anterior de suas coligadas e controladas.

	Passivo (Fornecedores)	
	31/12/2021	31/12/2020
CONASA - Infraestrutura S.A.	181	474

	Resultado (Despesas administrativas)	
	31/12/2021	31/12/2020
CONASA - Infraestrutura S.A.	3.703	3.094

5.4 Remuneração da administração

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2021, totalizaram R$ 692 (R$ 677 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

6. Intangível

6.1. Composição:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial	74.025	(38.361)	35.664	74.011	(34.920)	39.091
Licença de uso de software	263	(161)	102	263	(131)	132
Indenização efetiva (*)	(1.800)	1.133	(667)	(1.800)	1.045	(755)
	72.488	**(37.389)**	**35.099**	**72.474**	**(34.006)**	**38.468**

(*) Em 2014**,** para definir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a Companhia recebeu da Prefeitura de Salto o montante de R$ 1.800 que foram pagos em 15 parcelas, conforme termo aditivo de contrato nº 10 de 2011, mencionado na nota 1.2. Estes valores estão sendo amortizados até o prazo final da concessão.

Movimentação:

	31/12/2021		
	Contratos de concessão valor patrimonial e Indenização efetiva	Licença de uso de software	Total
Custo:			
Saldo inicial	72.211	263	72.474
Adições	14	-	14
Saldo final	**72.225**	**263**	**72.488**
Amortização acumulada:			
Saldo inicial	(33.875)	(131)	(34.006)
Adições	(3.353)	(30)	(3.383)
Saldo final	**(37.228)**	**(161)**	**(37.389)**
Saldo inicial	38.336	132	38.468
Movimentações líquidas	(3.339)	(30)	(3.369)
	34.997	**102**	**35.099**

	31/12/2020		
	Contratos de concessão valor patrimonial e Indenização efetiva	Licença de uso de software	Total
Custo:			
Saldo inicial	72.158	116	72.274
Adições	52	147	199
Saldo final	**72.210**	**263**	**72.473**
Amortização acumulada:			
Saldo inicial	(30.524)	(115)	(30.639)
Adições	(3.350)	(16)	(3.366)
Saldo final	**(33.874)**	**(131)**	**(34.005)**
Saldo inicial	41.634	1	41.635
Movimentações líquidas	(3.298)	131	(3.167)
	38.336	**132**	**38.468**

6.2. Serviços de construção

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de construção	14	52
Custo de construção	(14)	(52)
	-	**-**

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

6.3. Intangíveis decorrentes de contrato de concessão

A Companhia assinou, em 5 de dezembro de 1996, o contrato de concessão juntamente com a Prefeitura Municipal de Salto/SP (poder concedente). Nesse contrato estão acordados:

- A implantação, operação e manutenção de uma estação de tratamento de esgotos do tipo lodo ativado;
- Implantação, operação e manutenção de emissários, interceptores e estações elevatórias, complementando o sistema de coleta de esgotos existentes;
- Leitura de hidrômetros; processamento, emissão, notificação e cobrança de contas pelo serviço de fornecimento de água e coleta de esgoto.

O prazo de concessão é de 300 meses, iniciando na emissão da primeira "Autorização de serviços", a qual ocorreu em setembro de 2007, sendo assim, o prazo de concessão se encerra em setembro de 2032. O contrato de concessão estabelece direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público, e prevê que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela ARES-PCJ.

A taxa média de amortização linear comparativa está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de amortização do intangível	4,65%	4,64%

Teste de impairment do intangível

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a administração não identificou indicativos que pudessem indicar que os ativos intangíveis poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

7. Direito de uso e passivo de arrendamentos

7.1. Direito de uso:

	31/12/2021	31/12/2020
Direito de uso - Arrendamento	302	302
(-) Amortização do direito de uso - Arrendamento	(146)	(86)
	156	**216**

Síntese da movimentação do direito de uso:

	31/12/2020	Amortização	31/12/2021
Direito de uso - Arrendamentos	216	(60)	156

	31/12/2019	Amortização	31/12/2020
Direito de uso - Arrendamentos	276	(60)	216

7.2. Passivo de arrendamentos:

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante - Passivo de arrendamentos	73	63
Não circulante - Passivo de arrendamentos	125	179
	198	**242**

Síntese da movimentação do passivo de arrendamentos:

	Saldo em 31/12/2020	Juros e Ajuste a Valor Presente	Pagamentos do Principal	Pagamentos de Juros	Saldo em 31/12/2021
Passivo de arrendamentos	242	33	(66)	(11)	198
	242	**33**	**(66)**	**(11)**	**198**

	Saldo em 31/12/2019	Juros e Ajuste a Valor Presente	Pagamentos do Principal	Pagamentos de Juros	Saldo em 31/12/2020
Passivo de arrendamentos	279	33	(56)	(14)	242
	279	**33**	**(56)**	**(14)**	**242**

Refere-se ao aluguel do prédio onde está localizado a área comercial. Foram registrados conforme IFRS 16 e CPC 06 R(02).

7.3 Fluxo de caixa descontado e créditos de tributos

A Companhia, em plena conformidade com o IRFS 16/CPC 06, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos de caixa a serem descontados, assim como os créditos de tributos, conforme vedação imposta pela norma demonstrado a seguir:

	31/12/2021		31/12/2020	
Fluxo de Caixa	**Nominal**	**Ajuste a Valor Presente**	**Nominal**	**Ajuste a Valor Presente**
Contraprestação de arrendamento	213	18	267	25
Crédito de PIS/COFINS potencial (9,25%)	20	2	25	2
	233	**20**	**292**	**27**

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, são apresentados abaixo as comparações nas rubricas do passivo de arrendamentos, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do período findo em 30 de setembro de 2021 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado dos arrendamentos, considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas:

Rúbricas	31/12/2021	2021	2022	2023
Passivo de arrendamentos				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	198	198	125	47
Fluxo com projeção de inflação	198	231	148	57
Variação	**0,00%**	**16,67%**	**18,59%**	**19,99%**
Direito de uso líquido - Saldo final				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	14.674	156	96	35
Fluxo com projeção de inflação	14.674	172	112	43
Variação	**0,00%**	**10,06%**	**16,70%**	**20,79%**
Despesa financeira				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	(1.614)	(11)	(9)	(5)
Fluxo com projeção de inflação	(1.614)	(14)	(13)	(8)
Variação	**0,00%**	**20,60%**	**43,81%**	**69,38%**
Despesa de depreciação				
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	(1.037)	(60)	(60)	(60)
Fluxo com projeção de inflação	(1.037)	(66)	(70)	(73)
Variação	**0,00%**	**10,06%**	**16,70%**	**20,79%**

8. Debêntures

8.1. Composição:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures (3ª emissão)	7.311	35.834	6.752	42.513
	7.311	**35.834**	**6.752**	**42.513**

8.2. Movimentação

Saldo inicial em 1º janeiro de 2021	**49.265**
(-) Pagamentos do principal	(6.337)
(-) Pagamentos de juros	(3.703)
Provisão de juros	3.809
Amortização do custo de captação	111
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**43.145**

Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	**54.383**
(-) Pagamentos do principal	(5.154)
(-) Pagamentos de juros	(3.448)
Provisão de juros	3.504
(-) Custo de captação	(131)
Amortização do custo de captação	111
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	**49.265**

8.3. Terceira emissão de debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2019, foi deliberada e aprovada a terceira emissão de debêntures, públicas, escriturais e não conversíveis em ações, da espécie garantia real, compostas de uma única série, nas condições que constam da escritura de emissão.

A emissão foi de 55 mil debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1, totalizando R$ 55.000. A emissão das debêntures públicas, além do registro na CVM, foi registrada na ANBIMA – Associação Brasileira de Mercados Financeiro e de Capitais em 18 de dezembro de 2019.

A remuneração pactuada para as debêntures será de 100% de variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia "over extra-grupo" expressas de forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida de sobretaxa de 4% ao ano incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais, com vencimento todo dia 18 de cada mês, tendo como última parcela a data de 18 de dezembro de 2026.

8.4. Amortização da dívida com debêntures

	31/12/2021
Vencimento em	
2022	7.311
2023	8.959
2024	8.959
2025	8.959
2026	8.957
	43.145

8.5. Condições Restritivas Financeiras – "*Covenants*"

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de distribuição de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações e juros sobre capital próprio; (iv) vedação de redução do capital social; e (v) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários. Os *covenants* financeiros

foram medidos a partir do encerramento do exercício de 2020, que seu ICSD (Índice de Cobertura de Serviço da Dívida) deveria ser superior a 1,2 (um virgula dois inteiros) e o índice de liquidez deveria ser superior a 1,00 (um inteiro), não podendo deixar de atender esses índices por 2 (dois) anos consecutivos ou por 3 (três) anos alternados.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpre integralmente todas as cláusulas restritivas, assim como os covenants financeiros, encerrando o exercício com índice de liquidez corrente de 1,02 (um vírgula zero dois) e o ICSD de 1,20 (um vírgula vinte).

9. Encargos tributários a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Encargos tributários a pagar		
PIS a recolher	13	14
COFINS a recolher	59	66
Outros impostos	19	34
	91	**114**
Imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda	693	493
Contribuição social	256	182
	949	**675**
Total	**1.040**	**789**

10. Impostos e contribuições parcelados

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Parcelamento de PIS	54	52
Parcelamento de COFINS	248	240
Parcelamento de IRPJ	371	358
Parcelamento de CSLL	126	122
Total	**799**	**772**
Não circulante		
Parcelamento de PIS	81	130
Parcelamento de COFINS	372	600
Parcelamento de IRPJ	839	1.167
Parcelamento de CSLL	292	404
Total	**1.584**	**2.301**
	2.383	**3.073**

A Companhia parcelou o IRPJ e a CSLL referente ao 4º trimestre de 2019 e ao 1º trimestre de 2020, mantendo em dia os pagamentos dos trimestres subsequentes.

11. Demais contas a pagar

A Companhia possui acordo com a autarquia do município de Salto, SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, onde no contrato de concessão ela administra todo o serviço e faz o repasse somente do tratamento e distribuição de água, ficando com o valor da arrecadação do esgoto. Em 31 de dezembro de 2021, o valor a repassar sobre as arrecadações encerrou em R$ 475 (R$ 1.436 em 2020).

Demais contas a pagar	31/12/2021	31/12/2020
SAAE - Serviço Autônomo Agua e Esgoto	475	1.436
Outras contas a pagar	62	72
	537	**1.508**

12. Provisão para demandas judiciais

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para as ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia.

Em função das características dessas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

12.1. Composição por probabilidade de perda:

	Cível	
Probabilidade de Perda	31/12/2021	31/12/2020
Provável	-	118

A provisão de contingência no montante de R$ 118, referiam-se às causas cíveis onde foram pleiteadas indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas. Tais contingências foram revertidas durante o exercício de 2021 por não haver mais probabilidade de perda.

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda entregues nos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de

dezembro de 2020, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento. Consequentemente, a Companhia não tem registrada provisão para contingências.

12.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possíveis, e para as quais nenhuma provisão foi reconhecida. Estes valores são avaliados e atualizados em uma periodicidade trimestral. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía R$ 5 em processos civis e R$ 593 em processos trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2020 não mantinha nenhum saldo de perdas possíveis.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

O Capital social da Companhia que era de R$ 2.000, totalmente subscrito e integralizado, reapresentado por 2.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, foi aumentado na data de 04 de fevereiro de 2020 em R$ 12.574 referente ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, totalizando R$ 14.574, representando 14.573.546 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Dentro do próprio exercício, em 28 de dezembro de 2020, a administração decidiu através de assembleia geral extraordinária, a reduzir o capital social da Companhia absorvendo os prejuízos acumulados no valor de R$ 14.523, assim o capital social encerrou com R$ 51, totalmente subscrito e integralizado representando 50.341 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Número de ações	%	Número de ações	%
CONASA - Infraestrutura S.A.	50.341	100,00%	50.341	100,00%
	50.341	**100%**	**50.341**	**100%**

13.2. Reserva legal

A Companhia registrou a reserva de capital no valor de R$ 10 referente ao resultado do exercício de 2020 que representa 20% do capital social da Companhia, conforme art. 193 da lei 6.404/76.

13.3. Reserva de retenção de Lucros

Em fevereiro de 2021, a administração da Companhia decidiu através de reunião em assembleia geral ordinária o por unanimidade a distribuição de R$ 5.866 dos lucros da companhia referente ao exercício de 2020. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encerrou com saldo de R$ 3.117 (R$ 5.866 em 31 de dezembro de 2020).

13.4 Dividendo distribuído por ação

	31/12/2021	31/12/2020
Total de ações	50.341	50.341
Dividendos distribuídos	-	5.866
Dividendos por ação	**-**	**0,116525**

Os dividendos referentes ao exercício de 2020, foram distribuídos durante o exercício de 2022.

13.5. Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do Lucro Líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Ao encerramento do exercício foram provisionados dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$ 1.039.

14. Receita líquida dos serviços prestados

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de serviços	28.956	28.697
Receitas de construção	14	52
Devoluções e cancelamentos	(252)	(116)
Tributos	(1.004)	(942)
	27.714	**27.691**

15. Custos dos serviços prestados

	31/12/2021	31/12/2020
Custos com materiais e insumos na operação de esgoto	(2.426)	(1.778)
Mão de obra na operação	(882)	(799)
Custos com serviços de terceiros na operação de esgoto	(1.877)	(1.570)
Amortização do intangível	(3.383)	(3.366)
Custo de construção	(14)	(52)
	(8.582)	**(7.565)**

16. Despesas comerciais

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com pessoal	(315)	(318)
PCLD	76	(221)
Despesas com informática	(277)	(360)
Outras despesas comerciais	(136)	(226)
	(651)	**(1.125)**

17. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(979)	(914)
Aluguéis e locação	(40)	(76)
Serviços administrativos compartilhados	(3.703)	(3.093)
Honorários advocatícios	(40)	(44)
Honorários de consultorias e auditorias	(1.210)	(1.152)
Depreciação	(87)	(21)
Despesas com viagem	(70)	(58)
Despesas com Informática	(49)	(36)
Impostos, taxas e contribuições	(121)	(23)
Serviços com debêntures	(279)	(286)
Outras despesas	(698)	(512)
	(7.277)	**(6.215)**

18. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras		
Receitas com juros	131	1
Outras receitas financeiras	-	74
	131	**75**
Despesas Financeiras		
Juros e demais encargos sobre debêntures	(3.809)	(3.504)
Juros sobre arrendamentos	(33)	(34)
Outros juros e multas	(3)	(2)
Juros sobre parcelamentos de impostos	(112)	(92)
Amortização de custo de captação	(111)	-
Comissões e despesas bancárias	(198)	(264)
	(4.266)	**(3.896)**
Resultado financeiro	**(4.135)**	**(3.821)**

19. Instrumentos financeiros

(a) Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

(b) Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização. O valor justo dos instrumentos financeiros, se aproxima do contábil no encerramento do período, motivo que só estão apresentados abaixo os valores contábeis, demonstrados a seguir:

		31/12/2021	31/12/2020
	Categoria	Valor contábil	Valor contábil
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	768	6.938
Contas a receber	Custo amortizado	3.403	3.712
Partes relacionadas	Custo amortizado	9.404	9.828
Títulos de valores mobiliários	Custo amortizado	3.070	2.410
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	452	659
Debêntures	Custo amortizado	43.145	49.265

(c) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado:

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, assim como as debêntures, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

A administração considerou o risco de redução do CDI em dois cenários, no cenário I considerou como projeção queda de 25% e no cenário II queda de 50%. Para as variações da DI, considerou aumento de 25% e 50% respectivamente.

				Projeção de mercado	
Transações	Risco	Saldo em 31/12/2021	Cenário Provável	Cenário I	Cenário II
Ativo financeiro					
Aplicações financeiras	Redução da taxa CDI	3.838	3.452	2.879	1.919
Passivo financeiro					
Debêntures	Aumento DI	43.145	47.485	53.931	64.718
Exposição líquida		**39.307**	**44.033**	**51.053**	**62.799**
Efeito líquido - perda			**(4.726)**	**(11.746)**	**(23.492)**

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

(b) ***Risco de crédito:*** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Vide nota explicativa 4.1.

(c) ***Risco de liquidez:*** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial, revisão tarifaria.

20. Resultado por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro básico por ação:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	4.156	5.876
Média ponderada de ações em circulação	50.341	11.267.688
Resultado por ações - básico - R$	**82,5570**	**0,5215**

	31/12/2021	31/12/2020
Quantidade de ações	**Avos**	**Avos**
2.000.000	-	02/12
14.573.546	-	09/12
50.341	12/12	01/12
Média ponderada de ações	50.341	11.267.688
Lucro básico por ações (em reais)	**82,5570**	**0,5215**

Diluído: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias. A Companhia só possui uma classe de ação ordinária e não há ações ordinárias potenciais diluidoras ou opções que pudessem converter as ações preferenciais em ordinárias, portanto, o valor do lucro por ação diluído é igual ao básico.

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía apenas saldo de base negativa de contribuição social no montante de R$ 6.159. No exercício de 2020, a administração decidiu mudar o regime de tributação para Lucro Presumido, assim, em 31 de dezembro de 2021 o imposto de renda e contribuição social correntes apuradas foi de R$ 2.208 e R$ 804 (R$ 2.060 e R$ 750 em 2020), respectivamente. A Companhia não reconheceu os tributos diferidos ativos sobre a totalidade da base negativa de CSLL por não atender as condições requeridas pela Instrução CVM 371.

Conforme a legislação fiscal, o prejuízo fiscal e a base negativa de Contribuição Social não prescrevem. Entretanto, em períodos com lucros fiscais, somente 30% do lucro pode ser compensado com prejuízos fiscais de anos anteriores. A administração da Companhia mantém o controle do saldo da base negativa da CSLL para que seja utilizado em exercícios futuros, porém, não registrou os tributos diferidos ativos em função de estar no regime de lucro presumido.

A seguir demonstramos o resumo da apuração com alíquota efetiva de 2021 e 2020 no regime de lucro presumido:

LUCRO PRESUMIDO	31/12/2021		31/12/2020	
Corrente	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Arrecadação	27.496	27.496	25.816	25.816
Base de Presunção	**27.496**	**27.496**	**25.816**	**25.816**
Presunção lucro (32%)	8.799	8.799	8.261	8.261
Outras receitas	131	131	75	75
Base tributável	**8.930**	**8.930**	**8.336**	**8.336**
IRPJ (15%)	(1.340)	-	(1.250)	-
Adicional (10%)	(868)	-	(810)	-
CSLL (9%)	-	(804)	-	(750)
	(2.208)	**(804)**	**(2.060)**	**(750)**
IRPJ e CSLL no resultado	**(3.012)**		**(2.810)**	

22. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é salvaguardar a capacidade de continuidade das suas operações e oferecer retorno aos acionistas e demais partes interessadas.

A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, entre outros. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A estrutura de capital da Empresa é bastante conservadora.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 podem ser assim sumariados:

	31/12/2021	31/12/2020
A - Total de Debêntures (nota 9)	43.145	49.265
B - (-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários(nota 3)	3.838	6.938
C = (A - B) - Dívida líquida	39.307	42.327
D = Total do patrimônio líquido	3.178	5.927
E = (C + D) - Capital total	42.485	48.254
C/E = Índice de alavancagem financeira	92,5%	87,7%

23. Seguros

A Companhia possui seguro de compreensivo empresarial para danos materiais e lucros cessantes, da Estação de Tratamento de Esgoto, do Prédio Comercial, além de 11 estações de elevatórias de esgotos, com vigência de 04/09/2021 a 04/09/2022. Abaixo, estão apresentados os valores em risco:

	Valor em risco	
	Danos materiais	**Lucros cessantes**
Estação de tratamento de esgoto e elevatórias	33.148	3.000
Prédio comercial	1.050	
	34.198	**3.000**

Demonstramos a seguir, o limite máximo de indenização:

Cobertura	Limite máximo de indenização
Incêndio, raio e explosão	11.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça	500
Danos elétricos	1.200
Danos materiais	130
Roubo e/ou furto qualificado de bens	100
Impacto de veículos terrestres	500
Alagamento / inundação	100
Salvamento, limpeza e/ou desentulho	20
Tumulto, greve, lock-out	20
Perda ou pagamento de aluguel	30
Lucros cessantes	3.000
	16.600

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras, e consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

24. Transações que não afetaram o caixa

Em fevereiro de 2020, a Companhia efetuou o aumento de capital com a integralização do AFAC no valor de R$ 12.574. Em dezembro de 2020, a Companhia realizou a redução do seu capital social em R$ 14.523 com prejuízos acumulados. Essas transações não envolveram caixa.

25. Outros assuntos

Em conformidade com o artigo 25, § 1º, inciso V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os diretores declaram que revisaram, discutiram e aprovam as demonstrações financeiras anuais da Companhia e o relatório dos auditores independentes.

André Cortez Velloso
Diretor Administrativo/Financeiro

Isaac do Nascimento
Contador PR 043806/O-1

* * *

Em conformidade com o artigo 25 § 1º Inciso V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e aprovam as demonstrações contábeis da Companhia e o relatório dos auditores independentes.

A empresa de Auditoria Independente por nós contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social além da Auditoria Externa.